

## **ATA DA XVII REUNIÃO DO FÓRUM PERMANENTE DE DISCUSSÃO SOBRE O PROCESSO DE REABERTURA DA RODOVIA BR-319**

No dia **12 de agosto de 2019**, às 9 h, no SEST/SENAT-Zona Leste, foi realizada a **XVII reunião ordinária do fórum permanente de discussões sobre o processo de reabertura da rodovia BR-319**, com a participação das pessoas que assinaram a lista de presença em anexo.

Inicialmente, foi cantado o Hino Nacional. Em seguida, foi feita a recepção pela anfitriã do evento, **Dra. Grece Lana da Silva Melo**, Diretora do Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/SENAT Amazonas). Na ocasião, cumprimentou os presentes e destacou a honrosa missão de receber o fórum permanente de discussões sobre o processo de reabertura da BR-319 na sede do SEST/SENAT. Na oportunidade, destacou dados geográficos das rodovias brasileiras e também da BR-319, com o intuito de demonstrar a sua importância para a região amazônica. Ao final de sua fala, ressaltou a importância dos serviços ofertados pelo SEST/SENAT.

Em seguida, o **Dr. Flávio, conselheiro do SEST/SENAT**, saudou a todos e destacou que o Sistema “S” seria a primeira PPP do Governo Brasileiro. Disse que é conselheiro há mais de 20 anos, e que seu trabalho junto a esta entidade é conduzido com clareza, transparência e responsabilidade.

Aberta a reunião pelo **Dr. Rafael da Silva Rocha**, Procurador da República, na condição de moderador do Fórum, saudou a todos os presentes. Destacou que a última ata tinha sido enviada aos participantes do Fórum, momento em que perguntou se havia alguma objeção quanto aos termos dela e, como não houve nenhuma objeção, considerou a ata aprovada.

O **Dr. Rafael** submeteu a pauta para aprovação da plenária, que ficou assim estabelecida após a concordância de todos: **a)** informes dos integrantes da mesa, sendo do DNIT, IBAMA, SEMA e da OAB, este último pelo presidente da comissão de defesa da BR-319, Dr. Mauro Spósito; **b)** apresentação da Dra. Luizete Maia do IBAMA; **c)** após, apresentação do Dr. Lucas Ferrante, do INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia); **d)** em seguida, manifestação da plenária, disponibilizando o tempo de 5 minutos para cada intervenção; **e)** e, ao final, serão definidos os encaminhamentos, inclusive data e local para próxima reunião.

### **I. Informes:**

**a)** O **Dr. Rafael Rocha** destacou sua preocupação com a objetividade do Fórum. Disse que ao final do ano passado foi produzido um relatório parcial conclusivo, que, basicamente, demonstrava os pontos em comum e as divergências, resumindo a situação dos processos judiciais e administrativos relacionados ao licenciamento da rodovia. Quando da aprovação desse relatório, ressaltou que haviam sido fixados alguns pontos-chaves, a saber: **a)** que a rodovia era um empreendimento federal; **b)** que o responsável pela execução da obra era o DNIT; **c)** que o responsável pelo licenciamento era o IBAMA; **d)** destacou também que o fórum seria um espaço para discussão da governança no território da BR-319.

Destacou também a importância da carta aberta para repavimentação do lote "C", que foi assinada pelos integrantes do Fórum. Relembrou o processo de licenciamento da BR-319, notadamente quanto a trechos que já possuem licença ambiental, o trecho em que não há autorização e toda a discussão (EIA/RIMA, estudos do componente indígena e outros) que envolve esse local. Quanto à carta aberta, informou que foi encaminhada a diversos órgãos e que, em resposta, o IBAMA-Sede destacou a observância do acordo feito entre o DNIT/IBAMA quanto ao licenciamento e que o empreendedor deveria observar as cláusulas desse acordo.

Ainda em relação à governança, salientou a importância da necessidade de participação do Governo do Estado. Fez menção ao Programa Regional de Desenvolvimento da Amazônia, apresentado pela Casa Civil, que contempla um plano de execução da obra e também plano de governança.

Outro ofício recebido, da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), sugere que a gestão dos postos de fiscalização ao longo da rodovia seja compartilhada entre IPAAM, PRF e ADAF.

**b) O Dr. Mauro Spósito, representante da OAB**, manifestou apoio à reabertura da BR 319 e se prontificou a ser mais um canal de comunicação entre os participantes do fórum e a sociedade civil.

**c) O Dr. Carlos Eduardo, representante do DNIT**, ressaltou que o fórum de discussões sobre a BR-319 já é uma atitude de governança. Nesse momento, passou a apresentar os informes do DNIT, a saber: a) foi recepcionado pelo DNIT, na semana anterior, o estudo biótico no período de chuvas, elaborado pela empresa responsável. Disse que, após isso, será analisado pela autarquia para futuro encaminhamento e análise do IBAMA; b) em relação ao estudo do componente indígena, a empresa responsável por esse estudo apresentou estudos secundários, que também se encontram em análise; c) quanto aos serviços de manutenção, destacou a preocupação da superintendência do DNIT Amazonas quanto à trafegabilidade nos períodos de seca e chuva, ressaltando que com os recursos disponíveis envidarão esforços para manter a trafegabilidade o ano inteiro. Destacou que existe um trecho que será submetido a nova licitação. Já havia sido licitado anteriormente a manutenção desse trecho, porém, houve recursos internos e a questão foi judicializada, razão pela qual o processo de contratação foi revogado.

**d) o Dr. Eduardo Taveira, Secretário da SEMA**, destacou que foi apresentado um plano para implementação das condicionantes prévias ao asfaltamento. Disse que, nesse ponto, tiveram apoio de deputados do Estado na garantia desses recursos já para o ano seguinte. Informou que existem, em paralelo, tratativas com a Fundação Gordon and Beth **Moore** para o financiamento dessas condicionantes ambientais, que essa relação estava amadurecendo. Disse que apresentou o mesmo projeto ao Banco Mundial, ocasião em que teve um sinal positivo quanto ao aporte de recursos para esse financiamento. Destacou a importância do papel da SEPLANCT (Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Informação do Estado do Amazonas) nesse contexto. Disse que a reunião entre a SEMA e o ICMBIO não avançou como esperado, mas que esteve em Brasília e que tratou sobre o assunto diretamente com o presidente do ICMBIO, que se mostrou sensível a essa questão.

Disse ainda que se surpreendeu com o não encaminhamento do planejamento com o cronograma das atividades que foram apresentados pela Secretaria do Estado Meio Ambiente (SEMA) ao Governo do Estado, mas que submeterá diretamente ao MPF em complementação ao que foi apresentado.

## **II. Palestras:**

### **1. Luizete Maia**

Luizete Maia, analista ambiental do IBAMA, **apresentou uma palestra sobre procedimentos gerais de licenciamento ambiental.**

### **2. Lucas Ferrante**

**Lucas Ferrante, do INPA (Instituto Nacional Pesquisas da Amazônia)**, realizou uma apresentação sobre o cenário atual da governança na BR-319.

## **III. Dos debates:**

O **Dr. Rafael** agradeceu pelas palestras e passou a palavra aos inscritos.

O **Dr. Flávio**, quanto à fala da Dra. Luizete, teceu considerações sobre a manutenção da pista da comunidade Realidade. Disse que havia doado dois (2) "bags" de 1.000 litros para minimizar a poeira da estrada na região. Solicitou do IBAMA mudas de árvores. Fez um pedido pela comunidade de Igapó Açú: disse que essa população está sem internet e que se alguém puder ajudar a restabelecer a internet da região facilitaria a vida daquelas pessoas. Fez um apelo em favor dos caminhoneiros devido ao preço das balsas na travessia do Rio, destacou que seria um dos preços mais caros do Brasil.

Em relação ao artigo publicado pelos cientistas Lucas Ferrante e Philip M. Fearnside, ressaltou que a publicação em português não atendia aos requisitos previstos na norma técnica, disse que o texto está eivado de ilações, que não condiz com a realidade. Disse que essa publicação apresenta posição política partidária e que, apesar de acreditar no potencial dos pesquisadores, discorda veementemente desse posicionamento. Destacou, também, que a apresentação não tem nada a ver com o tema da BR-319. Ao concluir sua manifestação, entregou alguns folhetos que rebateriam o posicionamento dos pesquisadores quanto ao desmatamento na Amazônia.

A **Dra. Dionéia**, inicialmente, perguntou ao Dr. Eduardo Taveira sobre os estágios de implementação de UC's estaduais. Disse que, diferentemente do Dr. Akis e do Dr. Diego, que são gestores de UC's e estão sempre presentes nas unidades e no Fórum, não há esse mesmo comprometimento por parte dos gestores de UC's do ICMBIO. Citou diversas unidades de conservações federais que estão fragilizadas. Defendeu a união dos gestores de unidades de conservação estaduais e federais para acompanhamento desse trabalho. Elogiou o trabalho que os gestores têm feito nas unidades do Estado. Em resposta ao questionamento da Dra. Luizete, disse que a única pessoa da região que se encontra no fórum de discussão é ela mesma, e que a partir de setembro haverá uma maior participação do pessoal daquela região.

Em relação à internet do Igapó Açú, disse que o que existia era um projeto do Programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (GSAC), que foi implementado pela Embratel, e que não sabia o motivo da falta de internet no Igapó.

Por sua vez, o **Dr. Isaías**, chefe da unidade local do Castanho, sugeriu a abertura de uma negociação nos mesmos moldes como foi feito com os indígenas Waimiri Atroari, que estabeleceram uma condicionante (internet de qualidade) para que a fibra ótica passasse por suas terras.

O **Dr. Macedo**, cientista social, resgatou a importância da resposta do IBAMA quanto às condicionantes para a pavimentação do lote C da rodovia. Noutro ponto, destacou a condição peculiar do trecho do meio quanto à concessão da licença prévia, de modo que haveria outras questões antes mesmo da concessão da licença de instalação. Abordou detalhes técnicos dos estudos de licenciamento ambiental. Destacou os aspectos geográficos do sul do Amazonas. Ao final, fez críticas à imprensa brasileira.

O **Dr. Afonso**, presidente do CREA-AM, destacou aspectos técnicos quanto às pontes ao longo da rodovia. Com relação ao DNIT, perguntou sobre a licitação embargada, gostaria de saber o motivo do embargo e o porquê da nova licitação. Salientou que, caso esta licitação não seja refeita, a execução da obra na rodovia não iniciará esse ano, devendo ocorrer, desse modo, somente no ano que vem. Ao final, destacou que o CREA-AM se prontificou a contribuir com a manutenção da rodovia, inclusive, por meio de grupo que será formado em agosto para acompanhamento da execução da obra da BR-319.

**Dr. Juarez Baldoíno**, amazonólogo, parabenizou os palestrantes pelas apresentações. Questionou alguns aspectos geográficos e técnicos quanto ao licenciamento da BR-319. Em seguida, quanto à apresentação do Dr. Lucas, defendeu que o tema é importante e que poderia haver uma futura ação do MPF em relação ao que foi apresentado. Falou sobre o processo de queimadas no interior do Amazonas.

Quanto ao mosaico, disse que há diversas áreas invadidas no Tarumã, em Manaus. Destacou também que, em Manaus, há diversos órgãos sediados (IPAAM, IBAMA, Secretaria do Meio Ambiente e outros) que trabalham no combate ao desmatamento e ilícitos ambientais, porém, até hoje não se resolveu o problema. Salientou que fez esse comentário tendo em vista a própria governança da BR-319. Disse que, na sua visão, o processo de reabertura está um tanto amador.

O **Dr. Diego Morgado**, gestor da RDS Igapó Açú, trouxe um apelo das comunidades de Jacaretinga e do Rio Novo, no sentido de que as crianças estão sem acesso à educação. Disse que as escolas mais próximas estão a aproximadamente 100 km de distância dessas comunidades, que não há transporte escolar na região, e que, por ora, as crianças estão impossibilitadas de frequentar as escolas.

O **Dr. Natanael** relatou sua história com a BR-319. Em seguida, defendeu a política ambientalista do Governo Federal, disse que deve ser demonstrado quem é que recebe dinheiro que vem da Alemanha, ou outro lugar, porque ele não recebe e nem os presentes. Pontuou que todos devem deixar os governantes trabalhar e não somente criticar.

#### **IV. Considerações finais:**

O **Dr. Rafael** disse que não há necessidade de fazer projeções quanto ao futuro da BR-319, pois o desmatamento está ocorrendo nesse momento, e que a falta de governança é um problema atual. Destacou que a reabertura da rodovia pode piorar essa questão. Argumentou, também, que o impasse relacionado à construção dos portais de fiscalização seria uma demonstração da ineficiência do Estado quanto à governança do território.

O **Dr. Lucas** disse que concorda com Dr. Rafael em relação à questão dos postos de fiscalização e sobre a importância desses postos. Em resposta ao Dr. Flávio, disse que o artigo científico publicado atende a todos os parâmetros exigidos pela norma, que a disponibilização em português não é oficial e, por esse motivo, não estaria nos padrões oficiais para publicação. Rebateu também as notícias falsas que são publicadas em relação aos artigos científicos. Ao utilizar argumentos técnicos e científicos para desqualificar o material apresentado pelo Dr. Flávio, passou a chamar de "*Fake Science*".

A **Dra. Luizete** esclareceu, quanto à questão das mudas, que o IBAMA não promove a entrega de mudas e que haveria uma série de discussões que giram em torno desse assunto, que demandaria não somente esforços do órgão de fiscalização ambiental federal. Com relação à fala do engenheiro Afonso, relatou detalhes técnicos da licença concedida quanto às pontes da rodovia. Na ocasião, ressaltou o motivo do atraso ao afirmar que persistem questões que estão sob a responsabilidade do DNIT.

O **Dr. Eduardo Taveira** disse que concorda com a criação do mosaico. Destacou que tem recebido apoio dos órgãos federais. Porém, em relação ao mosaico, a questão não está avançando como gostaria, pois o ICMBIO ainda está catalogando as áreas e as classificando.

Em relação à governança da BR-319, disse que encaminhará o cronograma de implementação das condicionantes para a pavimentação. Em relação aos recursos internacionais, destacou que qualquer contingenciamento ou mesmo corte impactará diretamente a implementação dessas condicionantes. Relembrou o art. 225 da Constituição Federal, dizendo que há no Brasil o bom agronegócio. Enalteceu a importância do fórum e a busca de um ponto em comum entre as divergências.

O **Dr. Marcus Maurício**, advogado e professor da UFAM (Universidade Federal do Amazonas), citando *Robert Alexy*, convidou todos a fazerem uma reflexão quanto aos posicionamentos divergentes, defendendo que um princípio não anula o outro. Disse que o posicionamento da OAB é a defesa da norma. Por outro lado, com relação à Convenção 169 OIT, destacou que todos precisamos compreender o que o MPF entende quanto à realização da consulta prevista na Convenção. Falou sobre diversos benefícios que podem advir com a reabertura da BR-319.

O **Dr. Lucas** trouxe outro ponto de vista, no sentido de que os malefícios da reabertura da BR-319 não podem se sobrepor aos benefícios. Observou também a importância do direito à consulta prevista na Convenção 169 da OIT.

O **Dr. Carlos Eduardo**, do DNIT, em resposta ao Dr. Afonso, disse que a licitação está ocorrendo hoje e que o serviço de manutenção será retomado ainda esse ano, talvez em setembro ou outubro. Ressaltou, mais uma vez, a diretriz do DNIT quanto à manutenção trafegabilidade da rodovia nos 12 meses.

Por sua vez, o **Dr. Vanildo**, do CIMI, destacou a importância da participação dos moradores da BR-319 nas discussões. Nesse momento, o Dr. Rafael mencionou o trabalho que a FGV (Fundação Getúlio Vargas) está desenvolvendo para qualificar as pessoas para participação no Fórum. Disse, ainda, que o foco maior deve ser em quem mora na rodovia e que o MPF faz todo o esforço para que todos participem, inclusive promovendo reuniões itinerantes.

## **V. Encaminhamentos:**

Encerradas as discussões, **o Dr. Rafael** passou a propor os seguintes encaminhamentos:

1. A próxima reunião do fórum será no prédio anexo do MPF, no dia 30 setembro, às 9h.
2. Na próxima reunião, haverá apresentações da FGV e da RETA.
3. O MPF requisitará os dados dos cadastros ambientais rurais existentes na área de influência da BR-319 à presidência do Incra.
4. Solicitar à SEMA, por e-mail, o planejamento e o cronograma para o cumprimento das condicionantes prévias ao asfaltamento da rodovia BR-319.
5. Encaminhamento da presente ata ao 1º e ao 14º Ofício da PR/AM.
6. Solicitar o estudo que foi recepcionado pelo DNIT (estudo do comportamento da fauna no período chuvoso) para conhecimento e análise.

**Após agradecer a presença de todos, e nada havendo mais a tratar, o Dr. Rafael da Silva Rocha encerrou a reunião às 12:50h.**